RESOLVE

CONCEDER ao servidor **HILÁRIO VIANA LIMA FILHO**, Auxiliar Judiciário I deste Poder, lotado na 11ª Vara Criminal, **15 (quinze)** dias de licença para tratamento de saúde, de acordo com o laudo da Junta Médica pericial deste Tribunal, no período de **15/04/2011 a 29/04/2011**.

Anote-se. Comunique-se. Publique-se.

Secretaria Geral de Justiça do Egrégio Tribunal de Justiça, em Manaus, 06 de junho de 2011.

Dr. **JUSCELINO KUBITSCHK DE ARAÚJO**
Secretário-Geral Judiciário

PORTARIAN.º 1.694/2011

O Doutor **JUSCELINO KUBITSCHK DE ARAÚJO**, Secretário-Geral Judiciário do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas,

USANDO de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO os termos da Portaria n.º **2.720**, de **16/09/2010** do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente deste Poder;

CONSIDERANDO o Memorando n.º **146/2011-DVRH/TJ** de fls.07, de **07/06/2011 (012241)**,

RESOLVE

LOTAR o serventário **GERSON MEIRELLES FRANÇA**, Escrevente Juramentado do quadro efetivo deste Poder, para exercer as funções de seu cargo na **14.ª Vara Cível da Capital (VCV14/FHR)**, cessando os efeitos da **Portaria n.º 3.822, de 29/12/2010**, que lotou o referido serventário na **ESMAM**.

Anote-se. Comunique-se. Publique-se.

Secretaria Geral de Justiça do Egrégio Tribunal de Justiça, em Manaus, 14 de junho de 2011.

Dr. **JUSCELINO KUBITSCHK DE ARAÚJO**
Secretário-Geral Judiciário

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO**DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO**

O Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os autos do Processo Licitatório referente ao **Pregão Presencial n.º 012/2011**. Objeto: **Registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de Buffet para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses**, proveniente do Processo Administrativo n.º 022488/2010;

CONSIDERANDO a Decisão, constante às fls. 824-825 dos autos, devidamente publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 20 de junho de 2011, acerca do Recurso Administrativo interposto pela empresa **RM Machado** às fls. 654-670;

CONSIDERANDO que no referido processo foram respeitadas todas as medidas legais nos termos de que preceitua as Leis n.ºs 10.520/02, 8.666/93 e demais legislações pertinentes

RESOLVE:

I - **ADJUDICAR** o objeto do referido Pregão Presencial, como segue: **Lote 1, 3 e 4** nos valores globais de **R\$ 1.968.155,00** (um milhão, novecentos e sessenta e oito mil, cento e cinquenta e cinco reais); **R\$ 312.850,00** (trezentos e doze mil, oitocentos e cinquenta reais) e **R\$ 691.457,50** (seiscentos e noventa e um mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) à empresa **RM Machado**, CNPJ n.º **01.742.429/0001-17**; **Lote 2** no valor global de **R\$ 283.200,00** (duzentos e oitenta e três mil e duzentos reais) à empresa **Ripasa Comércio e Representações de Alimentos Ltda.**, CNPJ n.º **04.648.595/0001-47**;

II - **HOMOLOGAR** o procedimento licitatório referenciado com fundamento no artigo 43, inciso VI da Lei n.º 8.666/93;

III - **DETERMINAR** que as empresas vencedoras sejam convocadas para assinar a Ata de Registro de Preços (ARP);

IV - **DETERMINAR** que seja instaurado procedimento administrativo com o fulcro de apurar eventual responsabilidade da empresa **RM Machado** quanto à alegada apresentação de Declaração de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) inverídica.

Anote-se. Comunique-se. Publique-se

Manaus, 20 de junho de 2011.

Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**
Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas

SEÇÃO III**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA****PORTARIAS****PORTARIAN.º 143/2011-CGJ/AM**

A Excelentíssima Senhora Desembargadora **MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GUEDES MOURA**, Corregedora Geral da Justiça do Estado do Amazonas,

No uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 74, III e 75 da Lei Complementar n.º 17/97 (Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Amazonas);

CONSIDERANDO o teor do Despacho à fls. 14 nos autos do Procedimento n.º 0205632-23.2010.8.04.0022 da CGJ/AM, o qual determina instauração de Comissão de Correição na Vara da Auditoria Militar da Capital;

CONSIDERANDO os termos dos Arts. 1.º e 2.º, inciso I, do Provimento n.º 188/2011-CGJ/AM,

RESOLVE:

I - Realizar **CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA** na **VARA DA AUDITORIA MILITAR DA CAPITAL**, sob sua presidência, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Dr. **DÍDIMO SANTANA BARROS FILHO**, Juiz Corregedor Auxiliar;

II - Designar a servidora **OLGA REGINA KOLLENZ DE MELLO** para secretariar os trabalhos, na forma da lei, auxiliada